

Ao vigésimo sétimo dia do mês de agosto de 2021, ocorreu presencialmente a reunião acerca da criação de um Parque Marinho no entorno do Parque Estadual Ilha Anchieta (PEIA) com representantes da Fundação Florestal (FF) e da Associação de Velejadores de Ubatuba. A reunião teve início às 14:15, virtualmente, pela plataforma Zoom. Estavam presentes: Guilherme Luis da Silva Tambelini, Claudio Santos, Marcos Méndez, Ana Leticia Guimarães, Rodrigo Elias Bianchi, Thiago, João, Luiz Amaro, João de Almeida Prado, Luiz, Fernando Braitte Previdi, Ciro Rosseti, Priscila Saviolo (PEIA/FF), Gabriela Carvalho (PEIA) e Rodrigo Victor (FF). Priscila se apresenta, em seguida apresenta a pauta da reunião e agradece a presença de todos. Rodrigo Victor se apresenta. Em seguida, Gabriela se apresenta. Priscila pede a todos que coloquem os nomes e e-mails no chat e inicia a apresentação. Marcos, no chat, pergunta sobre os métodos utilizados para avaliar os benefícios ecológicos. Pergunta se o parque ou qualquer parte dele será cedido à iniciativa privada. Questiona também por que o turismo espontâneo tem esse nome. Por fim, pergunta se será implementada infraestrutura de fundeio não invasiva para as embarcações que tiverem acesso ao parque. Priscila começa respondendo as perguntas do chat. Expõe que o estado tem uma política de concessão, autorização e permissão de uso das UCs e para entrar em uma concessão, a unidade precisaria estar listada na lei que indica estas unidades, então que para o PEMTP, não seria possível falar em concessão. A autorização e a permissão de uso são ferramentas mais possíveis, e são voltadas para o uso público, mas que para uma unidade marinha não identifica mecanismos de interesse do privado. Expõe que o único potencial que enxerga seria a possibilidade de instalação de poitas, principalmente nas praias, com o privado fazendo a instalação, manutenção e aluguel das mesmas. Completa que a FF não sabe se isso será feito ou não e que é uma questão de avanço das discussões de gestão da UC para ser definido. Destaca que a UC não está sendo criada para isso, e sim para promover uma melhoria nos projetos e programas voltados para a conservação da biodiversidade e para o ordenamento das atividades que ocorrem hoje, que levam a uma diminuição da qualidade ambiental e da beleza cênica da área. Explica sobre o uso técnico do termo turismo espontâneo. Sobre a proibição explica que não está prevista, mas que poderão ser feitas ações de ordenamento. Fala sobre o plano emergencial de uso público e sobre o plano de manejo. Sobre a infraestrutura de fundeio, responde que a princípio a FF não está estruturada para fazer esse sistema, mas acredita, por meio de projetos e pesquisas realizados, que esta será uma boa ferramenta para minimizar o impacto e para desenvolver o ordenamento. Fernando, no chat, pergunta se existe previsão de proibição de ancoragem no entorno do parque. Priscila responde que não, que a ideia é que as atividades continuem acontecendo, uma vez que a categoria Parque permite a visitação e que a área já é um polígono de interdição de pesca. Expõe que, num momento posterior à criação da UC, é instituído um conselho consultivo e desenvolvido um plano emergencial de uso público e, mais posteriormente, o plano de manejo, onde é pensado e definido o zoneamento da Unidade. Completa que dentro das discussões do plano de uso público estão as discussões ligadas ao ordenamento, para impactos identificados que já ocorrem na área como o uso de som alto e o despejo de resíduos, mas que não ocorre a proibição das atividades. Rodrigo B. pergunta, no chat, se o fundeio na região da praia do presídio e da praia do sul é prejudicial à ecologia do local, questionando sobre o fundo ser de areia. Priscila responde que para responder com propriedade é necessário o suporte de pesquisas científicas que mostrem estes impactos, mas que de forma geral, as pesquisas mostram que entre fundeio e sistema de poitas e ancoragem são menos prejudiciais do que somente a ancoragem. Completa que o fundo de areia é menos prejudicado

do que a ancoragem no fundo rochoso, ou de corais. Expõe que, de forma geral, o fundeio ocorre na areia, mas que não é só o que acontece, uma vez que são observados fundeios em área de costão rochoso. Marcos pede a palavra e pergunta quem irá financiar e controlar o turismo espontâneo, pois só estar na lei não funciona. Pergunta se será a Marinha ou a PAMB que irá atuar. Expõe que a FF não faz nem coleta de lixo na Ribeira e que estão sendo construídas muitas obras na área. Fica feliz em ver uma iniciativa de preservação, mas pergunta se a gestão vai ser passada para a iniciativa privada e se a comunidade vai continuar podendo participar. Priscila responde que a gestão é da FF e que a visão mais prática seria integrar a equipe do parque marinho à equipe do PEIA, como se fosse uma área só, diante de um comando único. O recurso seria da própria instituição, ou da CCA. Rodrigo Victor completa que não existe intenção nem previsão legal de se ceder a gestão de um parque para a iniciativa privada, que o que existe é concessão e permissão de uso das áreas de uso público, que geralmente são áreas muito pequenas (até uns 3%) da área da unidade, onde é realizada a visitação. Expõe que para isso o local tem que ter potencial. Explica que a forma mais racional de se fazer a gestão da área é com a equipe do PEIA e que isso não é feito hoje, de forma adequada, pelo fato da área marinha não fazer parte do Parque. Expõe que a criação do parque abre a possibilidade de sanar limitações administrativas para poder gerir o mar, da mesma forma como é feita a gestão em terra, além de acessar mais recursos, como a CCA, que só pode ser usada por UCs de proteção integral. Priscila fala sobre o processo participativo, do conselho consultivo do PEIA e do conselho do PEMTP, que será instituído como mais um fórum de participação social. Fernando diz ser espetacular o trabalho que é feito na Ilha Anchieta, que acaba sendo uma das regiões mais organizadas e interessantes, acha bem legal o carinho que tem com a biodiversidade. Expõe que vê as boias com uma ressalva. Considera um exagero em que o banhista que está na embarcação se coloca em risco para acessar as praias e pergunta se há previsão de revisão desta área de banho. Priscila responde que a princípio não, mas pode ser revisto em algum momento. Completa que é passível de conversa, e que é um projeto que foi realizado por uma empresa contratada e aprovado pela Marinha. Expõe que a indicação da empresa era seguir a NORMAM, que estabelece uma distância de 200 metros e que isso foi adaptado às praias da Ilha Anchieta, sendo que a distância é até menor do que o recomendado e há a presença de raias de embarque e desembarque. Fernando diz que não está na NORMAM essa distância, que isso é polêmico na marinha e essa distância é para a velocidade de navegação. Expõe o caso da Ilha das Couves, onde a visitação está mais perigosa, pelas embarcações terem que ancorar em áreas muito fundas. Pergunta se há algum canal do parque para discutir essa questão. Priscila responde que pode ser com ela e já adianta que o projeto foi pensado e estruturado dentro de uma proposta técnica e que a proposta foi pensada dentro de um sistema de ancoragem, portanto as mudanças têm que levar isso em consideração. Priscila indica que por e-mail é a forma mais fácil de se comunicar com a gestão. Cláudio, pelo chat, pergunta se o PEIA já não é um parque marinho e se a fiscalização do parque a ser criado será feita pela mesma estrutura do mesmo. Priscila responde que não é um parque e sobre a pergunta da fiscalização, responde que não só a equipe do PEIA, mas também a PAMB dá apoio. Explica que dentro dessas áreas, a PAMB também olha para as normativas e resoluções da UC. Rodrigo complementa que a criação do parque é para a conservação da biodiversidade e para ordenamento das atividades de uso público, ligadas principalmente a mergulho e turismo náutico. Expõe que, embora já existam ideias de algumas ações e demandas, neste momento não será estabelecido o regimento. Diz que, logo após à criação, será iniciada a construção do plano emergencial de uso público e que esse é um processo participativo, em que os

setores participam e opinam. Expõe que é importante todos os setores conhecerem as limitações dos outros, para que seja construído um plano interessante para todos. Priscila traz o exemplo de discussões pautadas no conselho do PEIA, como o projeto de permissão de uso, que incorporou uma série de colaborações do conselho. Expõe que para o PEMTP, a mesma coisa já ocorreu, que serão feitas, até a audiência, 22 reuniões e que já foi possível acolher propostas que vieram dessas discussões. Fernando comenta, no chat, que é "Espetacular essa abordagem de reunir também os usuários para ordenar o uso mediado!!". Thiago pergunta, no chat, se haverá um tratamento diferenciado entre veleiros e lanchas, entre turismo "particular" e "comercial" e se já existe esse modelo. Priscila responde que na Ilha Anchieta o transporte de passageiros tem que estar cadastrado e existem algumas regras. Expõe que, para o PEMTP, não é possível afirmar com precisão se haverá, mas que o indicativo é que se possa olhar para todos sem distinção, completando que isso será também resultado de discussão e processos participativos. Fernando comenta, no chat, que entende que não deve haver diferenciação entre lancha e veleiro. Guilherme pergunta, no chat, se Priscila pode esclarecer melhor as permissões na Ilha Anchieta. Priscila expõe que responderá brevemente e sem detalhes, pois é um assunto longo que é tocado com outra equipe. Menciona que semana que vem irá abrir a consulta pública e que a ideia é abrir duas permissões, uma voltada à alimentação e outra a hospedagem, receptivo, eventos e aluguel de equipamentos. Guilherme comenta, no chat, que "Nada disso existe hoje. Portanto será um ganho pro usuário". Cláudio pergunta, no chat, se existe previsão de efetivação do parque e de início das novas regras. Priscila responde que a FF está com a previsão de em setembro encaminhar para o CONSEMA e em outubro encaminhar para o palácio. Completa que isso está fora da governabilidade da FF, mas que a expectativa é que seja para meados de outubro. Expõe que as regras demoram um pouco mais, pois exigem discussão. Diz que talvez emergencialmente algo para este verão, se for urgente. Rodrigo Victor diz acreditar que logo na sequência já haverá condição de iniciar esse planejamento, mas que não é provável que se faça algo nas vésperas da temporada. Priscila disponibiliza no chat os links para o relatório técnico e para a transmissão e participação na audiência pública, bem como para a apresentação de *powerpoint* da reunião e pede que repassem esses links para os grupos. João expõe uma dúvida referente ao fundeio, que pelo que entendeu, em um primeiro momento não vai mudar nada, mas que no futuro pode ser gerido pela iniciativa privada. Expõe as preocupações com as restrições ao fundeio e com ter que usar o bote de apoio. Quer saber se haverá restrição ao fundeio, pois usam a área de abrigo. Rodrigo B. completa, no chat, que "Um problema seria por exemplo não proibir fundeio, mas encher de poitas privadas de algum clube, como aconteceu no Sombrio na Ilhabela em que não se consegue mais fundear e fica cheio de poitas de clube vazias". Priscila responde que o que pode acontecer é haver uma limitação da quantidade de fundeios nas praias e que a salvaguarda da vida humana é obrigatória, mesmo com a situação da iniciativa privada atuando na área. João expõe que o problema é que eles dormem no barco, nestas áreas abrigadas, e o receio é que se passar para o privado, não possam mais ter acesso. Priscila dá o exemplo da Praia das Palmas, fala sobre a capacidade de carga e que este é um número dinâmico, sempre passível de monitoramento. Expõe que hoje não é aplicada esta capacidade, mas que acredita ser difícil chegar no número calculado no estudo. Expõe que é preciso fazer o olhar para o que é a visitação do dia, para o que é a de pernoite e que estes são elementos a serem balizados no ordenamento. Menciona que tudo o que está sendo discutido na reunião está entrando em uma ajuda memória e que se acharem que vale a pena, podem protocolar um documento como coletivo com as contribuições, para dar mais força às demandas do setor. Rodrigo

Victor expõe que o fato de haver um privado como concessionário de um serviço, não significa que aquele serviço será definido por ele. Declara que as regras são pautadas pelo poder público, explicando que não haverá poita privada, que estas poitas serão públicas e operadas por um privado. Destaca que o interesse é ambiental, e não o de privilegiar algum segmento ou elitizar o espaço. Expõe que o espaço tem que estar acessível para a maior diversidade de público. Aponta que essas colaborações são ingredientes para a construção do plano emergencial de uso público e exemplifica formas de usar o espaço, agendando por aplicativos por exemplo, para organizar o turismo náutico. Expõe que o objetivo é possibilitar uma experiência boa, e que para isso terá que haver um limite, um número máximo de embarcações, mas que não antevê conflitos a ponto de ser inadministrável. Aponta que em discussão de regras sempre há vários pontos de vista, mas acredita ser possível se compatibilizar os usos. Completa dizendo que a FF tem experiência em processos participativos. Rodrigo B. comenta, no chat, que "Idealmente seria legal ver poitas públicas com gestão pública, mas numa eventual concessão a um explorador privado acredito que deveria ser regulado pelo poder público limites no preço que poderia ser praticado para a utilização da poita". Fernando comenta, no chat, "Tenho medo de poitas públicas!! Depois podemos ter problema de responsabilidade como em Abrolhos (quando a poita se rompe com ventos fortes). Vejo como mais factível limitar algumas áreas para fundeio". Rodrigo B. sugere, no chat, "Delimitar as áreas de impacto, proibir fundeio nelas e manter a área fundeável livre", para evitar problemas com manutenção e responsabilidade pelas poitas. Fernando pergunta, no chat, se a FF não pode assumir a Ilha das Couves. Priscila responde que a FF participa, de certa forma, do processo das Couves, e que os relatos que aparecem são levados para os colegas envolvidos, junto com a comunidade, na gestão daquele território. João comenta que fica feliz que a FF consegue entender as dificuldades deles e gostou muito da sugestão o uso de um aplicativo ou site para pagar o ingresso, sem ter que passar pelo píer. Quanto ao fundeio, diz que se for em lodo ou areia, o impacto não é relevante e não vê como um grande problema na região. Parabena a FF e manifesta seu apoio. Priscila faz uma ponderação em relação a fundeio, que algumas embarcações ainda jogam a âncora na costeira. João comenta que esta prática já é proibida pela Marinha e que, tendo fiscalização, já resolve este problema bastante. Fernando parabena pela reunião, diz que a questão do fundeio precisa de muita conversa ainda, e que a questão de limitar as áreas e proibir o fundeio nas áreas de costa funcionará se for bem divulgado e orientado. Acredita que se a FF achar uma parceria com os navegadores amadores, inclusive com as lanchas, e for bem divulgado (as regras de fundeio e de ingresso no parque), um navegador consciente avisa o outro. Priscila agradece a presença de todos e diz que espera que esta seja a primeira conversa de muitas. Aponta que este segmento é um que a FF quer muito próximo, pois são parceiros e motivadores da conservação. Rodrigo Victor passa dois recados, o da notícia do parque no canal mar sem fim e pede novamente a participação na audiência pública. Priscila pede para que os presentes disponibilizem os links e encerra a reunião às 16:05.